



# CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

PLENÁRIO PRESIDENTE VEREADOR MIGUEL RIBEIRO PICHETH

## PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 022/2021

Dispõe sobre a instalação de câmeras de monitoramento e segurança nos centros de educação infantil e escolas públicas municipais no âmbito do Município de São Mateus do Sul.

A Câmara Municipal de São Mateus do Sul aprovou e eu, Prefeita Municipal sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Torna obrigatória a instalação de câmera de monitoramento e segurança nas dependências e cercanias das escolas municipais de educação infantil e escolas municipais de ensino fundamental no município de São Mateus do Sul.

**Parágrafo único.** A instalação do equipamento considerará proporcionalmente o número de alunos e funcionários existentes na unidade escolar, bem como as suas características territoriais e dimensões, respeitando as normas técnicas exigidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

**Art. 2º.** Cada unidade escolar terá, no mínimo, uma câmera de segurança que registre permanentemente as suas áreas de acesso e principais instalações internas.

**Parágrafo único.** O equipamento citado apresentará recurso de gravação de imagens.

**Art. 3º.** As imagens obtidas serão armazenadas por período estabelecido em regulamentação própria.

**Art. 4º.** O Poder Público utilizará recursos do orçamento geral para aquisição dos equipamentos, suplementados se necessário.

**Art. 5º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 2021.

**Omar Raimundo Picheth Neto**  
Vereador – PROS



# **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO SUL**

ESTADO DO PARANÁ

PLENÁRIO PRESIDENTE VEREADOR MIGUEL RIBEIRO PICHETH

## **JUSTIFICATIVA**

Senhores Vereadores,

É sabido que a segurança pública tem se tornado um tema de grande projeção nacional, uma vez que problemas relacionados a ilícitos penais, tais como furto, roubos, tráfico de drogas entre outros tem se tornado algo corriqueiro no cenário nacional.

Infelizmente essa situação inclusive tem adentrado ao ambiente escolar onde a prática de furtos e demais problemas se tornou constante, dessa forma, como forma de inibir a ocorrência de tais ilícitos a câmara de segurança certamente colaborará para auxiliar as autoridades públicas nos inquéritos civis e ações penais ocorridas no âmbito do Município.

O Município não dispõe de recursos suficientes para contratação de vigias/segurança sendo ainda que a Lei Complementar nº. 173/2020 veda a contratação de pessoal até 31 de dezembro de 2021, diante disso, a câmara de segurança é pouco onerosa, mas eficiente para coibir problemas relacionados a ausência de estrutura nas escolas.

De se pontuar, por fim, que o Supremo Tribunal Federal reafirmou jurisprudência dominante no sentido de que não invade a competência privativa do Poder Executivo lei que, embora crie despesas para os cofres municipais, não trata da estruturação ou da atribuição dos órgãos do Poder Executivo.

No caso ainda, o ministro Gilmar Mendes explicou não foi verificado qualquer vício de inconstitucionalidade formal, pois a lei não cria ou altera a estrutura ou a atribuição de órgãos da Administração Pública local nem trata do regime jurídico de servidores públicos. "Acrescente-se que a proteção aos direitos da criança e do adolescente qualifica-se como direito fundamental de segunda dimensão que impõe ao Poder Público a satisfação de um dever de prestação positiva destinado a todos os entes políticos que compõem a organização federativa do Estado Brasileiro, nos termos do artigo 227 da Constituição", concluiu.

Ante o exposto, conto com a aprovação dos nobres edis.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 2021.

**Omar Raimundo Picheth Neto**  
Vereador – PROS